



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(do Sr. Padre João e outros)

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de reuniões com a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o Ministro do Trabalho e Emprego e com o Ministro da Casa Civil, a respeito da realização de concurso para a carreira de Auditor Fiscal do Trabalho.

Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso VIII, alínea “b”, a formação de uma delegação formada por membros deste Colegiado para reunir-se com Suas Excelências a Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Esther Dweck; o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho; o Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa.

A pauta da reunião será a necessidade urgente de realização de concurso público para reposição dos quadros de Auditor Fiscal do Trabalho e de renovação de equipamentos da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, ambos muito defasados frente às necessidades de fiscalização e ao combate do trabalho análogo ao escravo.

JUSTIFICATIVA

No dia 29/3/2023 foi realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial a respeito dos recentes casos de denúncia de trabalho análogo ao escravo nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E

A Mesa do evento foi composta por Suas Excelências o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Pereira, e o Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no MPT, Italarv Medina. Estiveram presentes no evento diversos parlamentares engajados com o tema, assim como representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) e organizações da sociedade civil.

Foi consensual entre parlamentares, autoridades e especialistas o diagnóstico de déficit nos quadros de Auditores Fiscais do Trabalho em atividade e decidiu-se, como um dos encaminhamentos da Audiência, o agendamento de reuniões com autoridades do Executivo Federal sobre a necessidade urgente de realização de concursos públicos para aquela carreira.

As atribuições dos Auditores-Fiscais do Trabalho (AFT), servidores do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, são fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista em áreas urbanas e rurais, incluindo a área de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), combater o trabalho escravo, o trabalho infantil e todas as formas de discriminação.

O último concurso para a carreira foi no ano de 2013, para somente 100 vagas. Segundo dados do SINAIT, do total de 3.644 cargos de AFTs, há somente 1.949 servidores na ativa, o que significa que 46,5% dos cargos existentes estão vagos.

O Radar do Trabalho Escravo da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho em Emprego compila informações acerca do total de trabalhadores encontrados em condições análogas às de escravo ano a ano, em todo o país. A comparação entre o crescente desafio de combate ao trabalho escravo no Brasil, desde as metrópoles aos mais distantes rincões, e o número decrescente de AFTs ilustra de forma inequívoca a necessidade de recomposição dos quadros da carreira.

Ano	Estabelecimentos fiscalizados	Número de trabalhadores em condição análoga a de escravo
2017	249	648
2018	253	1752





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E

2019	281	1131
2020	277	936
2021	206	1959
2022	257	2575

Certo de contar com a anuência de meus pares sobre a importância do pleito, submeto o presente Requerimento ao colegiado da CDHMIR.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2023.

Deputado Padre João (PT/MG)





Requerimento **(Do Sr. Padre João)**

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de reuniões com a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o Ministro do Trabalho e Emprego e com o Ministro da Casa Civil, a respeito da realização de concurso para a carreira de Auditor Fiscal do Trabalho.

Assinaram eletronicamente o documento CD231293170800, nesta ordem:

- 1 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Luizianne Lins (PT/CE) - Fdr PT-PCdoB-PV

